



Estudo do país

Narrativas e atitudes públicas para com os refugiados e outros migrantes

Perfil do país: Portugal

Caterina Mazzilli e Christina Lowe
Maio de 2023

Mensagens essenciais

Portugal tem um historial de políticas migratórias pragmáticas e narrativas políticas excecionalmente positivas em torno da migração. Estas refletem um acordo de longa data entre os principais partidos de não politizar a imigração, baseado em grande parte no reconhecimento do papel fundamental dos migrantes no preenchimento de lacunas no mercado de trabalho, ainda mais no contexto de uma população cada vez menor e mais envelhecida.

As atitudes públicas para com a imigração têm sido desiguais. Porém, apesar do ceticismo histórico sobre os benefícios da imigração em geral, os cidadãos portugueses expressam geralmente recetividade aos imigrantes como amigos, vizinhos e parentes, são positivos acerca da integração dos migrantes e apoiam as políticas de acolhimento de refugiados.

A ascensão do partido de extrema-direita Chega é uma preocupação significativa. Até agora, a imigração não tem sido o seu foco principal, já que o partido tem explorado sobretudo o preconceito contra os ciganos. Porém, há evidências de uma xenofobia mais geral na retórica do Chega, e a discriminação contra os imigrantes aumentou desde o seu aparecimento.

É necessário um apoio reforçado à abordagem pró-imigração do país, no âmbito dos principais partidos, da comunicação social, do sector privado e da sociedade civil, se Portugal quiser concretizar a visão do governo de uma sociedade aberta e inclusiva que maximize os benefícios sociais e económicos da imigração.

Incentivamos os leitores a reproduzirem o material para as suas próprias publicações, desde que não se destinem a venda comercial. O ODI solicita o devido reconhecimento e uma cópia da publicação. Para uso online, pedimos aos leitores que acedam ao recurso original no site do ODI. As opiniões apresentadas neste artigo são das autoras e não representam necessariamente as opiniões do ODI ou dos nossos parceiros.

Este trabalho é publicado sob uma licença CC BY-NC-ND 4.0.

Como citar: Mazzilli, C. and Lowe, C. (2023) *Public narratives and attitudes towards refugees and other migrants: Portugal country profile*. London: ODI (www.odi.org/en/publications/public-narratives-and-attitudes-towards-refugees-and-other-migrants-portugal-country-profile).

Agradecimentos

Estamos imensamente gratos a Anna Bailey-Morley (ODI), que desempenhou um papel fundamental na elaboração desta peça reunindo dados e prestando apoio com a revisão de literatura. Agradecemos ainda a Diego Faurès por facilitar a recolha de dados e a Pedro Góis, Claire Kumar e Gonzalo Fanjul, entre outros, pela revisão e pelos muito úteis comentários a uma versão anterior do artigo. Também agradecemos sinceramente a Sherry Dixon por coordenar a produção deste relatório, a Matthew Foley pela edição e a Aaron Griffiths pela composição. As opiniões e eventuais erros ou omissões são da responsabilidade das autoras.

Acerca desta publicação

Este resumo informativo apresenta uma visão geral das principais características das políticas de migração e asilo em Portugal, das tendências recentes dos padrões migratórios e das perceções públicas e narrativas políticas sobre os refugiados e outros migrantes. Faz parte de um projeto mais vasto apoiado pela Fundação IKEA que visa apoiar as partes interessadas públicas e privadas empenhadas num envolvimento com a migração e o deslocamento.

Contents

Agradecimentos / i

Itens apresentados / iii

1 História da migração em Portugal / 1

2 Sistema e abordagem portuguesas atuais para a imigração / 6

3 Atitudes públicas em relação aos refugiados e outros migrantes: o que sabemos? / 11

4 Narrativas políticas excepcionalmente positivas / 17

5 Conclusão / 21

Referências / 22

Itens apresentados

Caixas de texto

Caixa de texto 1 Panorâmica das políticas portuguesas de imigração e asilo / 6

Caixa de texto 2 Em foco – Processos de regularização recorrentes em Portugal / 8

Figures

Figura 1 Calendário migratório / 2

Figura 2 Tendências migratórias recentes em Portugal / 4

Figura 3 Relevância da imigração como questão essencial em Portugal / 11

Figura 4 Atitudes face aos imigrantes: os imigrantes tornam Portugal um lugar pior ou melhor para viver? / 13

1 História da migração em Portugal

Portugal tem sido historicamente conhecido como um país de emigração, o que remonta às explorações marítimas do século XV que levaram à colonização de partes de África e da América do Sul (Schwartz and Lockhart, 2002). Muitos portugueses estabeleceram-se nas colónias de África e no Brasil, enquanto a migração forçada de escravos africanos para Portugal fez de Lisboa a capital europeia com maior proporção de residentes africanos na primeira metade do século XVI (cerca de 10% dos 100 000 habitantes da cidade) (Malheiros, 2002). A imigração foi mais limitada nos séculos seguintes, com o único fluxo significativo a provir da vizinha região espanhola da Galiza nos finais do século XVIII e no século XIX (ibid.). Após a sua independência em 1822, o Brasil continuou a ser o principal destino dos emigrantes portugueses, embora também tenham surgido novos fluxos substanciais de emigração para os Estados Unidos da América entre meados do século XIX e o final da Primeira Guerra Mundial (Malheiros, 2002; Newitt, 2015).

A emigração foi explicitamente desincentivada durante os anos da ditadura do Estado Novo (1933-1974) (Pereira and Azevedo, 2019). Não obstante, as difíceis circunstâncias económicas e políticas em Portugal, a par das exigências do mercado de trabalho no norte e no centro da Europa depois da Segunda Guerra Mundial, levaram à emigração de mais de 1,8 milhões de pessoas nos últimos 25 anos da ditadura, com 122 000 saídas por ano durante o pico de 1965-1974, sobretudo para a França e a Alemanha (Baganha et al., 2005; MPF, 2022). Entre 1958 e 1962, registou-se também um aumento súbito da emigração de portugueses dos Açores para os EUA, graças a legislação norte-americana que facilitava vistos adicionais para pessoas afetadas pela erupção vulcânica de 1957 na ilha do Faial (Anacleto, 2002).

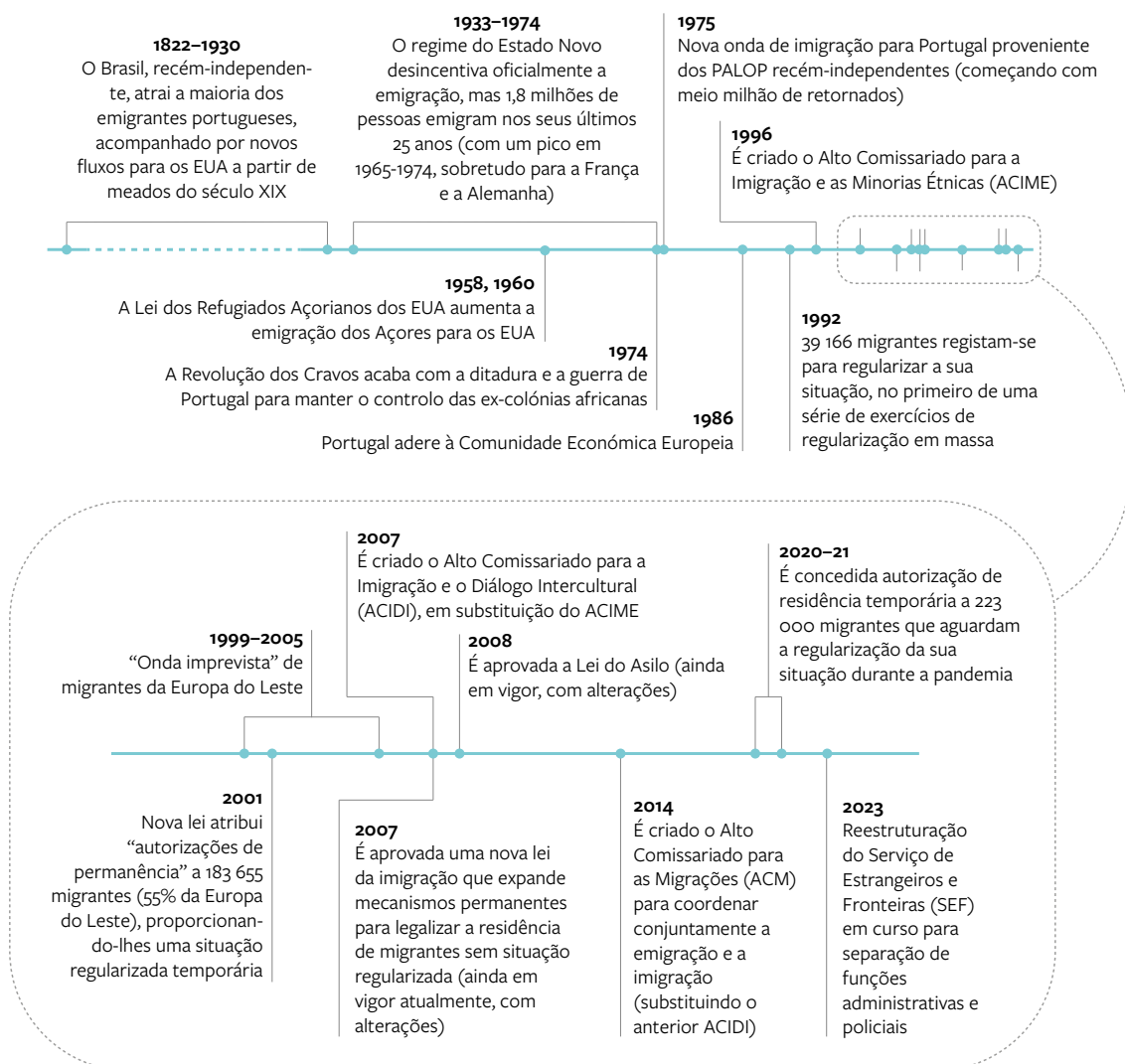
A imigração aumentou no final dos anos 1960, nomeadamente o recrutamento de cabo-verdianos para a construção e a indústria transformadora, após a emigração em grande escala de homens portugueses para trabalhar noutras partes da Europa e para combater nas guerras de Portugal destinadas a manter o controlo dos seus territórios coloniais em África (1961-1974) (Malheiros, 2002). Porém, só depois da Revolução dos Cravos de 1974, que derrubou o regime do Estado Novo, é que Portugal se tornou um país de imigração em massa (ainda que nunca deixando de ser também um país de emigração) (Pereira and Azevedo, 2019).

A revolução desencadeou o fim das guerras coloniais de Portugal, após as quais Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe¹ obtiveram todos a sua independência. Em 1975, mais de meio milhão de portugueses que residiam nas colónias africanas emigraram para Portugal, um número elevado face aos 30 000 estrangeiros oficialmente residentes

1 O Brasil tornara-se um país independente muito antes, em 1822, e em 1961 outros territórios ultramarinos tinham sido anexados a outros países, como no caso da anexação de Goa à Índia. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe tornaram-se todos independentes em 1974-1975.

no país à época (Baganha et al., 2009; MPF, 2022). A vasta maioria dos recém-chegados era constituída por colonos brancos de Angola e Moçambique (Kalter, 2020), mas alguns eram de ascendência mista e havia um número não negligenciável de funcionários coloniais africanos. Embora esses migrantes fossem oficialmente denominados “retornados”, muitos sentiram que deviam ser definidos como “refugiados”, dado que um em cada três havia nascido em África e muitos identificavam-se como angolanos/moçambicanos/africanos e sentiam que tinham sido desenraizados contra a sua vontade (ibid.). Porém, tanto o ACNUR como o governo português determinaram que não lhes poderia ser concedido o estatuto de refugiado, uma vez que se tinham mudado para o seu país de nacionalidade.

Figura 1 Calendário migratório



A partir do final da década de 1970, a imigração dos recém-independentes PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa²) aumentou regularmente. A imigração foi ainda mais estimulada pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, que

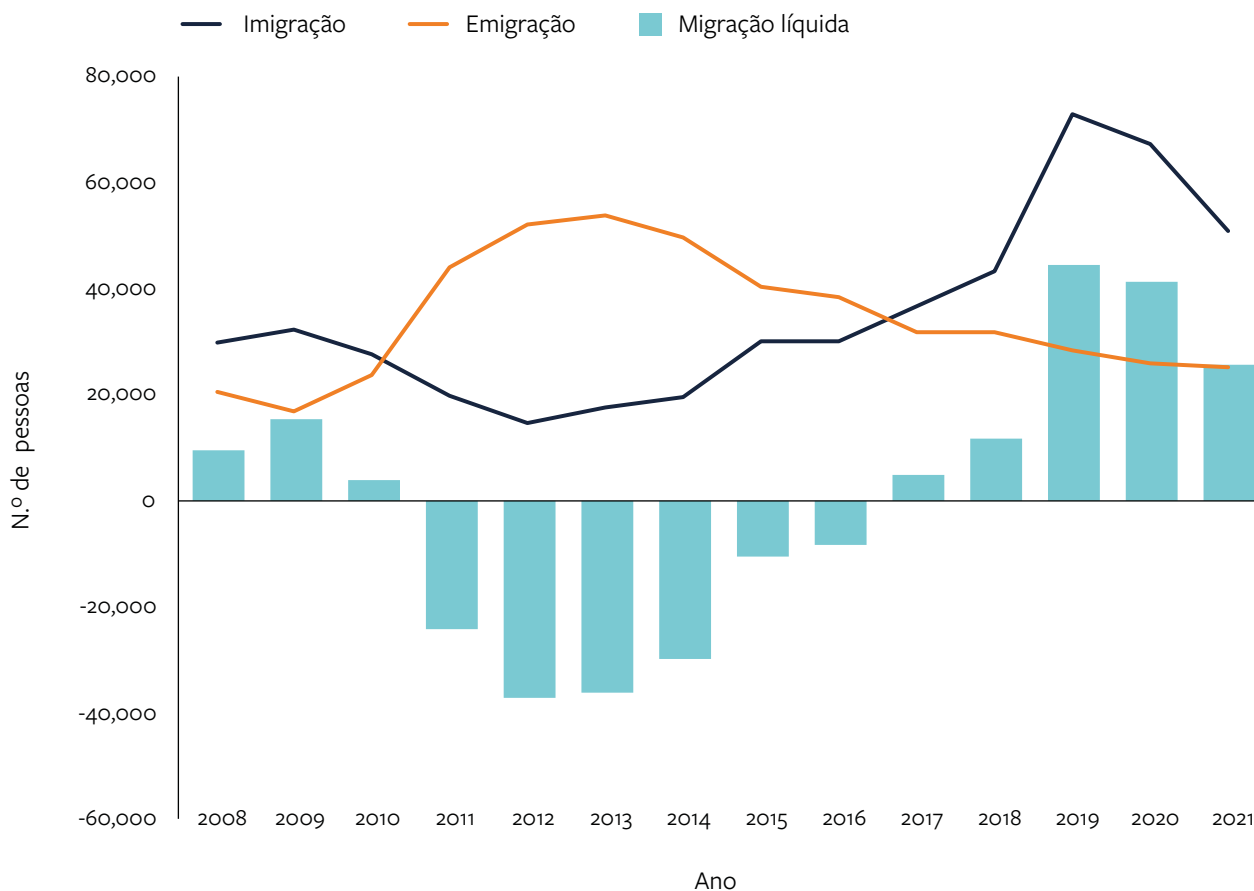
2 Países africanos que têm o português como idioma oficial.

proporcionou mais financiamento para desenvolver infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, edifícios públicos e centros urbanos (Baganha et al., 2009). O aumento da procura de mão de obra desencadeou uma migração considerável de trabalhadores mal remunerados dos PALOP, em particular de Cabo Verde. Trabalhadores de outras partes da Europa e do Brasil também se mudaram para Portugal, sobretudo para empregos nos sectores dos serviços, da banca, do marketing, do imobiliário e das tecnologias da informação (ibid.). Ainda assim, o número de migrantes em Portugal manteve-se bastante baixo, com menos de 200 000 migrantes regulares a viver no país em 1999, representando cerca de 2% da população. Pouco menos de metade eram dos PALOP (ibid.).

No final da década de 1990 e no início dos anos 2000, o país recebeu um influxo inesperado de migrantes da Europa do Leste, sobretudo da Ucrânia, da Roménia e da Moldávia. A falta de ligações anteriores com esses países de origem e a inexistência de campanhas de recrutamento destinadas a atrair trabalhadores da Europa do Leste levaram alguns académicos a definir esta como a “vaga imprevista” (Baganha et al., 2004), a qual apresentou desafios de integração mais substanciais (MPF, 2022). Essa imigração foi desencadeada sobretudo pelo aumento das oportunidades de emprego no sector da construção, especialmente em Lisboa, onde tinham sido aprovadas várias obras públicas de grande relevo (Baganha et al., 2004; Carvalho, 2018). As agências de imigração³ na Europa do Leste ofereciam pacotes convenientes que incluíam “documentos de viagem, transporte e oportunidades de emprego... acessíveis a um grande segmento da população” (Baganha et al., 2004: 31).

O declínio económico causado pela crise financeira global de 2008 reduziu consideravelmente a imigração para Portugal, ao mesmo tempo que reacendeu a emigração (ver a Figura 2). Centenas de milhares de cidadãos portugueses (na sua maioria, jovens altamente qualificados) emigraram para outros países da UE e para a América do Norte, sobretudo entre 2011 e 2015, devido ao desemprego elevado e à dureza das medidas de austeridade (Pereira and Azevedo, 2019; MPF, 2022). A imigração para Portugal voltou a ganhar ímpeto a partir de 2016, mas a migração de regresso de cidadãos portugueses no estrangeiro manteve-se limitada, sobretudo face às expectativas do governo (Waldersee, 2019). Tais tendências foram em certa medida invertidas durante a pandemia de COVID-19, com muito menos estrangeiros a chegar ao país (12 500 em 2021, em comparação com 46 300 em 2019) e muito mais portugueses a regressar após um período no estrangeiro (38 200 em 2021, face a 26 400 em 2019) (INE, 2022). Ainda assim, há sérias preocupações sobre a crise demográfica portuguesa, com uma das populações da Europa em declínio mais rápido, uma taxa de natalidade historicamente baixa e uma taxa de dependência dos idosos que deverá ser a maior da UE em 2050; fatores estes que, em conjunto, aumentaram a necessidade de promover a imigração e reduzir a emigração (Comissão Europeia, 2015; TPN/Lusa, 2022; Wise, 2022).

3 Paralelamente a agências conceituadas, houve preocupações substanciais com o envolvimento de redes de tráfico na facilitação da migração de europeus de Leste para Portugal durante este período (Malheiros, 2002).

Figura 2 Tendências migratórias recentes em Portugal

Nota: “imigrantes” refere-se a pessoas que migram permanentemente para Portugal, seja como cidadãos estrangeiros ou como cidadãos portugueses regressados de um período de residência no estrangeiro.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Segundo as mais recentes estatísticas portuguesas, o número de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal aumentou para 669 000 em 2021, cerca de 7% da população (Oliveira, 2022). Em comparação com os números mais recentes da OCDE (de 2019), 10,8% da população total em Portugal nasceu no estrangeiro, um grande aumento em relação aos 5% de 2000, mas uma percentagem ainda relativamente baixa em comparação com muitos outros países europeus, incluindo a Grécia (12,5%), a França (12,8%), a Espanha (14%) e a Alemanha (16,1%) (OECD, 2023). A população requerente de asilo em Portugal também é baixa em comparação com os seus vizinhos; ocupa apenas a vigésima posição entre os 27 países da UE em número de requerentes de asilo na última década e não sofreu um impacto visível do influxo relativamente grande de 2015-2016 da Síria e de outros países para a Europa⁴ (Carvalho and Duarte, 2020; Eurostat, 2023). Mesmo depois de receber o sexto maior total de refugiados por meio do regime de reinstalação

4 Em contraste com as numerosas chegadas por via marítima a Espanha, Itália e Grécia, as chegadas por mar a Portugal têm sido extremamente raras, embora existam casos (Mazzilli, 2022).

da UE de 2015-2018, bem como entradas de vários outros mecanismos de recolocação, o país recebeu apenas 2651 refugiados em 2021, ou 0,1% do total de refugiados na UE (European Commission, 2021; World Bank, 2022).

Mais recentemente, contudo, e como muitos outros países europeus, Portugal assistiu a um aumento acentuado na chegada de refugiados após a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022. Nos 12 dias subsequentes, Portugal recebeu mais do dobro de pedidos de asilo do que em todo o ano de 2021 (3179 em fevereiro e março de 2022 em comparação com 1537 em 2021) (Lusa, 2022, in MPF, 2022; CPR and ECRE, 2022). Em fevereiro de 2023, residiam em Portugal 58 242 refugiados ucranianos ao abrigo das disposições da Diretiva de Proteção Temporária da UE, invocada no início de março de 2022 (UNHCR, 2023).

2 Sistema e abordagem portugueses atuais para a imigração

O fim da ditadura do Estado Novo e a independência das ex-colónias portuguesas resultaram em extensas alterações nas leis de cidadania e migração de Portugal. Leis de cidadania novas em 1975, 1981 e 1994 registaram uma mudança crescente no sentido do princípio de *jus sanguinis* (cidadania “por direito de sangue”) (Baganha and de Sousa, 2006; Peralta, 2019). Tal efetivamente limitou a cidadania portuguesa das pessoas nascidas ou residentes nas ex-colónias africanas às que pudessem provar ascendência europeia e também tornou mais difícil, em geral, adquirir a cidadania por casamento ou por nascimento em Portugal de pais estrangeiros (ibid.). Só em 2006, sob um governo de centro-esquerda, foram introduzidas grandes alterações para fortalecer o princípio de *jus solis* (cidadania “por direito de nascimento” num país), bem como para reduzir o período de residência legal necessário a fim de pedir a cidadania (Carvalho and Duarte, 2020; European Commission, 2023). Leis recentes alargaram o âmbito para a naturalização e expandiram o acesso à cidadania (ibid.) (ver a Caixa de texto 1).

Caixa de texto 1 Panorâmica das políticas portuguesas de imigração e asilo

Política portuguesa de naturalização

Os migrantes podem obter a cidadania portuguesa após 5 anos de residência regular. Juntamente com outros documentos exigidos, os requerentes têm de demonstrar conhecimento suficiente da língua portuguesa (nível A2). Uma pessoa casada (ou em união de facto de longa duração) com um cidadão português pode obter a cidadania após 3 anos. A cidadania não é concedida automaticamente a crianças nascidas em Portugal, mas pode ser obtida se pelo menos um dos progenitores estiver a residir regularmente no país há pelo menos 1 ano à data do nascimento da criança. Uma alteração recente na lei, de abril de 2022, introduziu uma opção para os progenitores cujos filhos tenham cidadania portuguesa solicitarem a cidadania após 5 anos a viver em Portugal com a criança (Eurodicas, 2022). Há também uma via rápida para a obtenção da cidadania destinada aos migrantes que beneficiam do regime dos “Vistos Dourados”, introduzida em 2012 para proporcionar formas simplificadas de obtenção de residência e cidadania a cidadãos não comunitários que façam e mantenham um investimento significativo em Portugal (Schengenvisa.info, n.d.).⁵

5 Desde 2012, foram concedidos Vistos Dourados a mais de 11 000 requerentes principais (sobretudo da China e, depois, do Brasil), acompanhados por mais de 18 000 familiares dependentes (Get Golden Visa, 2022). O futuro do mecanismo é incerto; embora tenha atraído 6,5 mil milhões de euros em investimentos (Silva, 2022), tem sido criticado por aumentar os preços e rendas das casas e os riscos de segurança, o que conduz a possíveis planos de o terminar (ibid.).

No geral, as regras de naturalização de Portugal são visivelmente menos restritivas em comparação com outros Estados-membros da UE, em especial do Sul da Europa, com o país a registar a segunda taxa de naturalização mais elevada na UE, depois da Suécia (5,2%) (European Commission, 2023).

Política portuguesa de asilo

Os requerentes de asilo podem solicitar asilo junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que realiza entrevistas para fins de asilo (o SEF está em processo de reestruturação, ver abaixo). Embora o processo de solicitação deva demorar de 6 a 9 meses, há relatos de casos em que os requerentes de asilo esperaram até 3 anos (Mazzilli, 2022). Os requerentes de asilo têm direito a trabalho, educação e saúde, bem como a receber assistência básica durante o tratamento do seu pedido, caso não disponham de recursos financeiros suficientes. Os refugiados têm direito a trabalho, educação, segurança social e cuidados de saúde nas mesmas condições dos cidadãos portugueses (UNHCR, n.d.).

A primeira legislação portuguesa de regulamentação da entrada, da permanência e da saída de residentes estrangeiros foi introduzida em 1981, no meio de uma elevada imigração das ex-colónias recém-independentes e antes do pedido de Portugal para aderir à Comunidade Económica Europeia (CEE) (Padilla and França, 2016). Após a adesão à CEE em 1986, foi aprovada nova legislação em 1992 e 1993, em conformidade com os requisitos de Schengen e outras diretivas da UE, que resultou no estabelecimento de regimes de imigração separados para estrangeiros provenientes da UE e de outros países (SEF, 2010). A legislação subsequente introduzida entre 1998 e 2003 incorporou novos desenvolvimentos da UE e experimentou diferentes mecanismos para atender às necessidades do mercado de trabalho por meio da migração, incluindo a alteração da tipologia dos vistos de entrada, exigindo que os cidadãos e residentes da UE sejam considerados para emprego antes de poderem ser autorizados vistos de trabalho para cidadãos não comunitários, criando direitos de reagrupamento familiar e, em 1998, a introdução de uma nova lei do asilo mais liberal (SEF, 2010; Padilla and França, 2016).

Conforme este quadro imigratório foi surgindo, também cresceu a preocupação com o número de imigrantes a viver e trabalhar em Portugal sem situação regularizada, levando a vários esforços a partir de 1992 para legalizar a sua residência (SEF, 2010; Padilla and França, 2016) (ver a Caixa de texto 2). O primeiro exercício de regularização *ad hoc* foi realizado em 1992, e uma lei de 1993 deu ao Estado o poder de conceder autorizações de residência a título excepcional a cidadãos estrangeiros que não cumprissem os requisitos padronizados de autorização (SEF, 2010). Desde então, Portugal implementou numerosos processos de regularização para atender às necessidades do mercado de trabalho, fornecendo autorizações a trabalhadores que já estavam no país, à semelhança de outros países do sul da Europa, como Espanha, Grécia e Itália (Kraler, 2009).

Caixa de texto 2 Em foco – Processos de regularização recorrentes em Portugal

No início da década de 1990, a economia em crescimento de Portugal (em especial o sector da construção, altamente desregulado) exigia uma injeção maior de mão de obra, mas as leis de imigração em toda a Europa estavam a tornar-se mais rigorosas. O resultado foi um crescimento notável da migração irregular, que o governo português procurou gerir através de um exercício de regularização em 1992. Ao todo, foram registados 39 166 migrantes, mas apenas 16 000 obtiveram a regularização, criando a necessidade de uma segunda regularização alguns anos depois, em 1996. Dessa vez, candidataram-se 35 082 migrantes (dois terços deles dos PALOP), dos quais 95% (30 000) conseguiram regularizar a situação (Peixoto, 2002; ver também Baganha, 1998; SEF, 2010; Finotelli and Arango, 2011).

A questão da procura de mão de obra e da migração irregular ressurgiu no final dos anos 1990 com o afluxo inesperado de migrantes da Europa do Leste. Uma lei de 2001 criou um novo mecanismo de “autorizações de permanência” para vistos de trabalho, que duravam um ano e podiam ser renovadas quatro vezes, permitindo que o mercado de trabalho ditasse anualmente a duração da residência dos trabalhadores migrantes (SEF, 2010). O governo emitiu 183 655 “autorizações de permanência” para imigrantes que trabalhavam em Portugal em situação irregular (55% para leste-europeus), antes de passar para um sistema de quotas de entrada a partir de 2003 (ibid.).

Foram realizados dois outros processos de regularização ad hoc em 2003 e 2004 antes de uma lei de imigração reformada em 2007 introduzir novas disposições para regularizar migrantes irregulares de forma contínua. Em grande parte, esta última pôs fim aos programas ad hoc de regularização em massa, mas levou a uma grande acumulação de pedidos de migrantes que procuravam regularizar a sua residência. Dado que o processo de emissão de autorizações de trabalho nas embaixadas portuguesas no estrangeiro é complicado, os migrantes laborais, na sua maioria, entram no país como turistas e recorrem subsequentemente às disposições de regularização internas após conseguido um contrato de trabalho (MPF, 2022).

Durante a pandemia de COVID-19, e enquanto vigorou o estado de emergência, o governo português efetuou um processo de regularização temporária em massa para conceder automaticamente residência a todos os migrantes cujos pedidos estavam pendentes ou cujas autorizações de residência estavam prestes a expirar. Essa decisão mereceu elogios internacionais (Ramiro, 2020) como exemplo de ação rápida e abrangente para proteger os migrantes durante a pandemia, tendo sido concedidas 223 000 autorizações de residência temporária que permitiram aos beneficiários o acesso a serviços públicos, incluindo cuidados de saúde e proteção social (Miranda, 2021). Porém, a política previa apenas uma alteração temporária da situação, restringia-se a quem já tivesse apresentado um pedido ao SEF antes de 18 de março de 2020 e obrigava a que todos os procedimentos fossem concluídos *online*, excluindo na prática muitos migrantes vulneráveis (Mazzilli, 2022).

As leis primárias que agora regulam a imigração e o asilo em Portugal foram publicadas respetivamente em 2007 e 2008. Enquanto a lei do asilo incorporou novas diretivas da UE sobre a elegibilidade para proteção internacional e as condições de obtenção de asilo (Sousa and Costa, 2018), a lei da imigração promoveu disposições específicas para permanência temporária, facilitou a entrada de migrantes altamente qualificados e ofereceu maiores oportunidades de regularização, entre outros aspetos (Padilla and França, 2016). A lei também reforçou as disposições para penalizar a migração ilegal e o tráfico de seres humanos, em linha com a tendência europeia geral (Padilla and França, 2016). Porém, conforme mencionado na Caixa de texto 2, a regularização da migração em Portugal prende-se sobretudo com o problema do processamento dos pedidos de regularização da situação em termos de trabalho e residência dos migrantes que entraram inicialmente no país com vistos de turismo ou de outra natureza (MPF, 2022; Góis, 2023). Espera-se que a reestruturação do SEF em março de 2023 para dividir as suas funções administrativas e de gestão policial/fronteiriça ajude a assegurar uma melhor gestão da migração⁶ (Góis, 2023). Também será possível alcançar melhorias em resultado de políticas recentes para expandir o acesso a vistos de trabalho. Por exemplo, um novo visto de procura de trabalho⁷ coincide com o fim planeado do regime de quotas para quem procura trabalhar em Portugal (D7Visa, 2022; Ministry of Foreign Affairs, n.d.). Também houve substanciais esforços recentes no sentido de agilizar vistos e facilitar autorizações de residência para cidadãos de países de língua oficial portuguesa (Government of Portugal, 2022; TPN/Lusa, 2023).

6 O mandato do SEF será repartido por dois órgãos distintos, um para as tarefas administrativas e a integração dos migrantes (Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo) e outro para os assuntos policiais a integrar na Polícia Judiciária portuguesa. A vigilância das fronteiras fará parte das atribuições da polícia nacional.

7 Introduzido em junho de 2022, o visto de procura de trabalho dá ao seu titular o direito de entrar e permanecer em Portugal apenas para fins de procura de emprego e autoriza-o a exercer uma atividade laboral por conta de outrem até à caducidade do visto ou à concessão da autorização de residência (Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

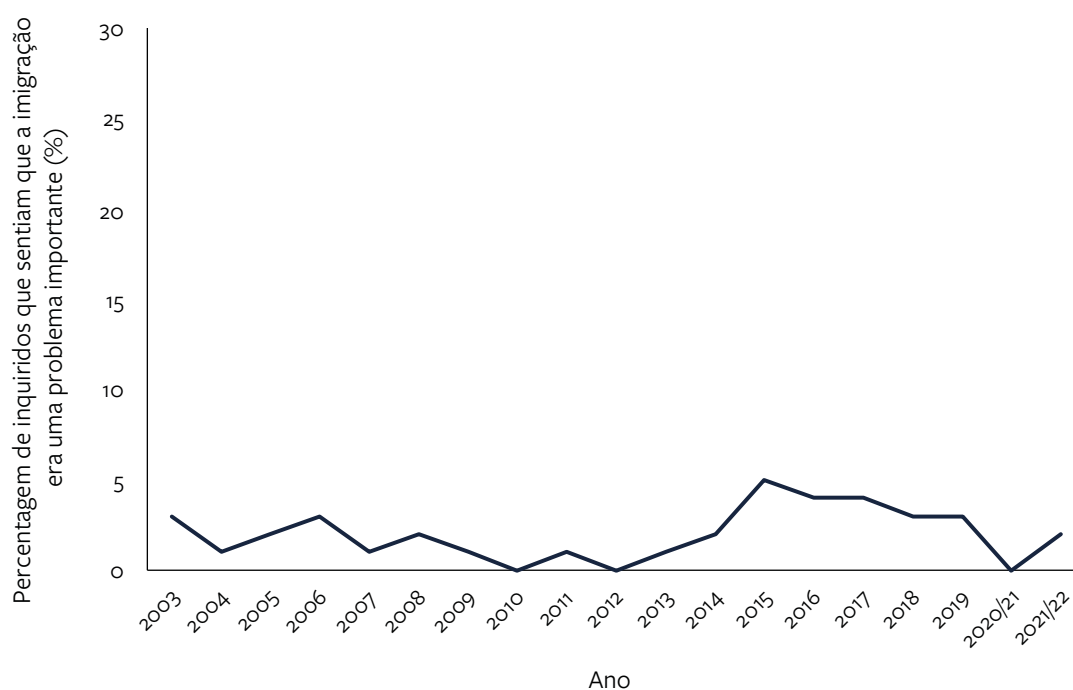
Em relação à integração dos migrantes, Portugal é conhecido pelas suas políticas progressistas, classificando-se consistentemente entre os quatro primeiros no Índice de Políticas de Integração de Migrantes (que abrange agora 56 países) (MIPEX, 2022). Os esforços de alto nível transversais ao governo para promover a integração de migrantes datam da criação da Comissão Interdepartamental para a Integração de Imigrantes e Minorias Étnicas em 1993 e, posteriormente, do Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas em 1996 (agora o Alto Comissariado para as Migrações/ACM, que cuida conjuntamente das questões de imigração e emigração) (Padilla and França, 2016). Sucessivos quadros têm promovido a integração dos migrantes, incluindo os Planos para a Integração dos Imigrantes de 2007 e 2010, o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 e o recente Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações (que Portugal adotou em 2019, tornando-se o primeiro país a fazê-lo) (MPF, 2022). Portugal é um “país defensor” da implementação do Pacto Global, e muitas das suas políticas migratórias (inclusive durante a resposta à pandemia) têm sido elogiadas internacionalmente (UN Network on Migration, 2020).

Apesar das suas políticas celebradas, a integração continua na prática a ser um desafio. O país apresenta uma das maiores disparidades salariais entre os países da OCDE (com os migrantes a ganharem em média 29% menos do que os cidadãos portugueses em posições semelhantes, em comparação com a média da UE de 9%) (MPF, 2022). Como carecem muitas vezes de emprego formal e residência regular, os trabalhadores migrantes são vulneráveis à exploração salarial e a condições precárias de habitação, o que limita o seu acesso a educação e saúde (Góis, 2023). Os relatos de más condições laborais e serviços públicos sobrecarregados têm sido particularmente prevalentes em áreas agrícolas com alta concentração de migração sazonal de mão-de-obra, como a região do Alentejo (Cabral and Swerts, 2021). Um incêndio recente num bairro de imigrantes em Lisboa, que matou duas pessoas, intensificou o debate acerca da disparidade entre as políticas declaradas de Portugal e a sua implementação na prática e da medida em que é necessária uma maior regulamentação para melhorar a supervisão das chegadas e condições dos imigrantes (West Observer, 2023). De forma mais geral, há preocupações de que o tratamento desigual ou mesmo abusivo de migrantes por funcionários e instituições estatais nem sempre tenha sido adequadamente reconhecido devido ao retrato geral do país como um “modelo de boas práticas” (Araújo, 2013; Casquillo-Martins et al., 2022).

3 Atitudes públicas em relação aos refugiados e outros migrantes: o que sabemos?

Em comparação com outros países da Europa, a imigração não tem sido uma questão particularmente relevante para os portugueses nas últimas duas décadas (Carvalho and Duarte, 2020). Enquanto Itália, Espanha, Grécia, França, Alemanha, Reino Unido e até Suécia tiveram anos em que mais de 40% do público considerava a imigração um dos principais problemas enfrentados pelo seu país em inquéritos Eurobarómetro periódicos, o equivalente em Portugal nunca passou dos 5 % (ODI, n.d.; Bailey-Morley and Lowe, 2023) (ver a Figura 3).

Figura 3 Relevância da imigração como questão essencial em Portugal



Nota: este gráfico mostra a percentagem de pessoas que respondeu ‘imigração’ a questão ‘O que considera serem os dois problemas maiores problemas que Portugal enfrenta hoje?’. São apresentados dados anuais, retirados sobretudo de inquéritos de outono, embora os inquéritos Eurobarómetro tenham sido adiados devido à COVID-19, com os inquéritos dos outonos de 2020 e 2021 a passarem para os invernos de 2020-2021 e 2021-2022.

Fonte: Eurobarometer (n.d.)

Este baixo nível de relevância é provavelmente explicado por vários fatores. Em primeiro lugar, e conforme relatado nos inquéritos Eurobarómetro, o público acredita que outras preocupações são mais prementes, nomeadamente as circunstâncias económicas do país e, mais recentemente, a pandemia de COVID-19. Um segundo fator pode ser o nível mais baixo de politização da imigração do que noutros contextos (conforme mencionado na secção seguinte). Mesmo em 2019, quando o partido político de extrema-direita Chega conquistou pela primeira vez um assento no parlamento, a relevância da imigração era de apenas 3%, enquanto os dados mais recentes de 2022 a mostram 2%. No geral, a imigração parece ter gerado poucas queixas sobre a ocupação de empregos por estrangeiros em comparação com alguns países, dado que os migrantes preencheram vagas em empregos mal remunerados que os cidadãos não desejavam ocupar (Carvalho and Duarte, 2020).

O número comparativamente limitado de migrantes e, em especial, de requerentes de asilo em Portugal também pode ter tornado o tema menos relevante em comparação com outros países que acolhem populações estrangeiras maiores. No entanto, deve ser referido que os portugueses não consideram a sua taxa de imigração particularmente baixa. No inquérito Eurobarómetro de 2017, os inquiridos portugueses, à semelhança de muitos outros na Europa, sobrestimaram significativamente a percentagem de migrantes (nacionais de países terceiros) na população nacional geral, assumindo que a proporção rondava os 21%, quando na altura era pouco superior a 6% (Eurobarometer, 2018). Quando questionado especificamente sobre a preocupação com a imigração, uma proporção substancial do público expressou por vezes uma preocupação bastante notável; por exemplo, num inquérito Transatlantic Trends de 2013 em 13 países, principalmente da UE,⁸ os inquiridos portugueses eram os que mais se preocupavam com a imigração ilegal (88%) e um número elevado (41%) afirmava que há demasiados imigrantes no país (GMF, 2013). No mesmo estudo do ano seguinte, os inquiridos portugueses eram os que mais se preocupavam com a imigração intra-UE entre todos os países inquiridos (62%) e 39% sentiam que havia demasiados imigrantes no país (GMF, 2015). Por conseguinte, a imigração não deve ser vista como não tendo importância para os portugueses, mas nunca foi uma das duas principais preocupações públicas.

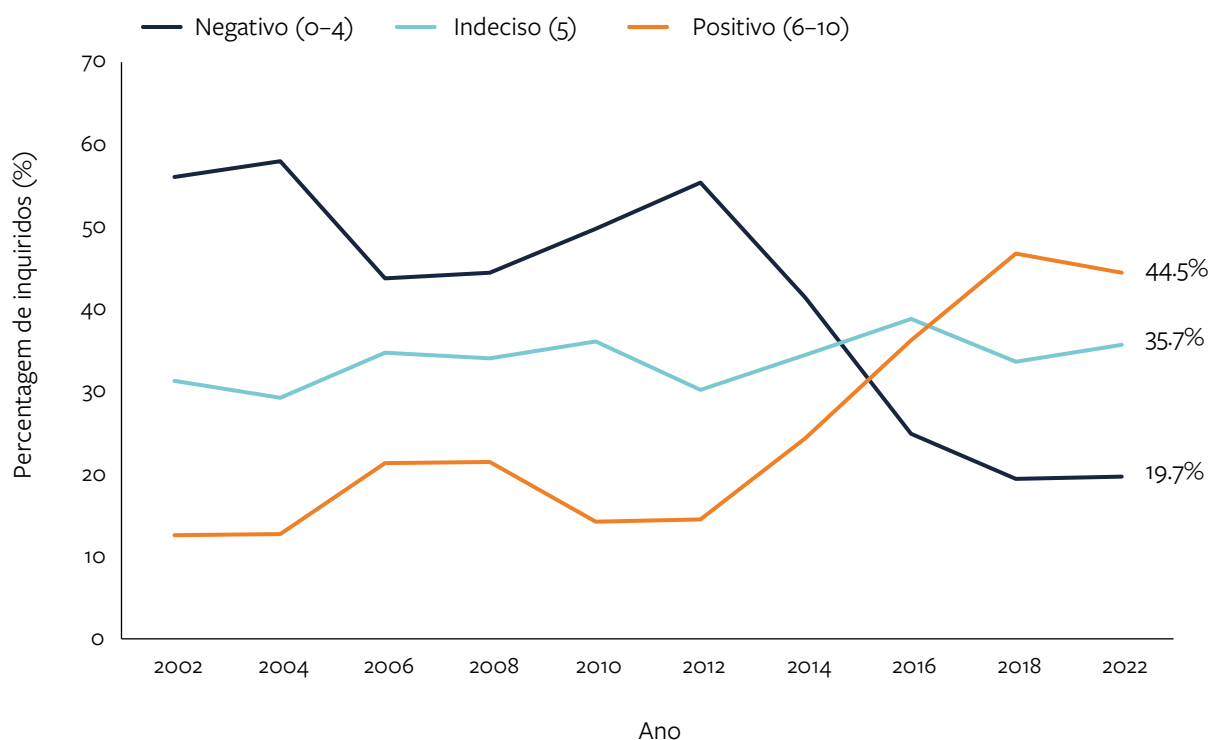
Ao considerar as atitudes dos cidadãos portugueses em relação à imigração de forma mais geral, o cenário é desigual, dependendo do período e do aspeto específico considerado.

Em relação ao impacto geral da imigração, as atitudes públicas no passado eram manifestamente negativas. De 2002 a 2014, a proporção de portugueses inquiridos no European Social Survey que sentiam que os imigrantes tornavam Portugal um lugar pior para se viver foi consistentemente muito superior aos que afirmaram que o país estava melhor com os imigrantes (entre 40% e 54% dos inquiridos com opiniões negativas, em comparação com 12% a 19% com opiniões positivas)

8 O inquérito de 2013 abrangia: França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, Portugal, Turquia, Eslováquia, Espanha, Roménia, Suécia e Estados Unidos da América. O inquérito de 2014 abrangia os mesmos países, à exceção da inclusão da Rússia em vez da Roménia.

(ver a Figura 4). De forma algo surpreendente, essas taxas eram mais negativas do que em muitos outros países da Europa Ocidental, incluindo países habitualmente associados a atitudes hostis para com os migrantes, como a França e o Reino Unido.⁹

Figura 4 Atitudes face aos imigrantes: os imigrantes tornam Portugal um lugar pior ou melhor para viver?



Nota: o inquérito pontua os inquiridos apenas de 0 a 10 e regista as respostas “não sei”. Classificámos os inquiridos com pontuação de 0 a 4 nas suas respostas à pergunta “Os imigrantes tornam Portugal um lugar pior ou melhor para viver?” como tendo opiniões “negativas”, aqueles com pontuação 5 como sendo “indecisos” e aqueles com pontuação de 6 a 10 como tendo opiniões “positivas”. Respostas “não sei” foram excluídas da análise aqui apresentada. A ronda 10 do ESS deveria ter decorrido em 2020, mas foi adiada devido à pandemia de COVID-19. Os dados mais recentes disponíveis são resultado do trabalho de campo realizado entre agosto de 2021 e março de 2022 e publicado em dezembro de 2022.

Fonte: European Social Survey, n.d.

A partir de 2012, as opiniões dos portugueses sobre o impacto líquido da imigração começaram a melhorar nos European Social Surveys e, em 2016, eram mais os residentes portugueses que achavam que os imigrantes tornavam o país um lugar melhor para se viver do que o contrário. O

9 Em França, as atitudes negativas no European Social Survey variaram de 36% a 41,5% e as positivas de 23% a 26% entre 2002 e 2012, ao passo que no Reino Unido, as atitudes negativas rondaram os 40% a 45% e as positivas os 30% a 35% durante o mesmo período.

mesmo continua a acontecer atualmente, embora com uma ligeira diminuição em relação ao pico de 2018 (e ainda com cerca de um terço a manter consistentemente uma opinião neutra, como tem sido o caso em todas as rondas do inquérito) (European Social Survey, n.d.).

Vários outros inquéritos que analisaram a opinião pública sobre os impactos da imigração nos últimos 5 anos apoiam as recentes conclusões geralmente positivas acima. Nos inquéritos Eurobarómetro Especial de 2017 e 2021, Portugal classificou-se respetivamente em sétimo e quarto (entre 27 Estados-membros da UE), por ter a menor proporção de pessoas a declarar que a imigração é mais um problema do que uma oportunidade (Eurobarometer, 2018; 2022).¹⁰ Da mesma forma, no European Values Survey 2020, 49% dos inquiridos viam a imigração como um fator positivo para o desenvolvimento do país, em comparação com apenas 14% com uma visão negativa; a taxa positiva foi a quarta mais alta da Europa (atrás do Reino Unido, da Islândia e da Albânia) (Ramos and Magalhães, 2021).

Ao analisar a receptividade à presença de migrantes no país, há também algumas provas de atitudes mais positivas ao longo do tempo, embora a partir de um ponto inicial baixo. Há vários estudos que exploraram esse tópico usando uma secção do European Social Survey (ESS), que pergunta aos entrevistados acerca da sua receptividade à presença de migrantes com perfis específicos no país (por exemplo, migrantes de uma determinada etnia/religião/região de origem). Comparando dados iniciais do ESS de 2002 com rondas posteriores em 2014 e 2016, Hatton (2016), Heath et al. (2016) e Messing and Sagvari (2019) mostram que o público português se tornou mais aberto a acolher migrantes em relação a alguns aspetos, após um aumento temporário da hostilidade na sequência da crise financeira de 2008 (Vogt Isaksen, 2019). Portugal foi um de apenas uma mão cheia de países europeus que parecem ter-se tornado visivelmente mais receptivos a migrantes de países pobres de fora da Europa após a chamada “crise” migratória na Europa em 2015, o que pode estar relacionado, em parte, com circunstâncias mais gerais que melhoraram a confiança pública no governo e na economia (Messing and Sagvari, 2019). Dito isto, os níveis iniciais de receptividade à presença de migrantes antes da crise eram frequentemente baixos, atingindo apenas taxas médias na melhor das hipóteses em 2016.

Porém, parece haver uma distinção fundamental nas atitudes do público entre a receptividade à presença de migrantes em geral e dos refugiados em específico, com atitudes muito mais positivas para estes últimos. Por exemplo, dos 18 países estudados por Hatton (2016), os portugueses que responderam ao ESS eram os menos propensos a discordar do generoso acolhimento de refugiados em 2002; no mesmo inquérito em 2014, os inquiridos portugueses eram os mais propensos de entre todos os países a apoiar políticas generosas para com os refugiados (68%) (ibid.).

10 A proporção que considerava a imigração mais como um problema caiu de 26% em 2017 para 22% em 2021; no entanto, à semelhança do European Social Survey, a proporção de opiniões positivas também caiu na ronda mais recente (de 36% para 24%), com mais pessoas a sentirem ser igualmente um problema e uma oportunidade (47% em 2021, em comparação com 32% em 2017).

Além disso, enquanto as atitudes para com a imigração enquanto conceito têm sido historicamente bastante negativas, as atitudes dos portugueses em relação aos próprios imigrantes aparentam ser manifestamente mais positivas. Os primeiros dados do European Values Survey de 1990, 1999 e 2008 mostram que 10% ou menos dos inquiridos portugueses declararam que não gostariam de ter um imigrante como vizinho; níveis bastante baixos para os padrões da Europa Ocidental (e os mais baixos dos países inquiridos em 1999) (Rubin et al., 2014). Em 2016 e 2019, Portugal classificou-se respetivamente em décimo segundo e décimo na Europa no Índice de Aceitação de Migrantes, que combina respostas a três perguntas sobre a abertura a migrantes como residentes no país, como vizinhos e como cônjuges de um familiar (Gallup, 2022). No inquérito Eurobarómetro de 2021, Portugal liderou a UE (juntamente com a Irlanda) na proporção de pessoas que se sentem à vontade com um imigrante como vizinho, colega, médico, amigo ou familiar (89%); um aumento em relação aos 79% (e quarto lugar na UE) no inquérito anterior de 2017 (Eurobarometer, 2018; 2022).

Outra área em que as atitudes dos portugueses são mais positivas do que em muitos outros países é na caracterização da integração dos imigrantes no país. No inquérito Transatlantic Trends de 2014, por exemplo, Portugal teve a maior proporção de inquiridos que afirmaram que tanto os imigrantes de primeira geração como os seus filhos se integravam bem no país (83% e 86%, respetivamente) (GMF, 2015). Nos inquéritos Eurobarómetro de 2017 e 2021, Portugal ficou em segundo lugar na UE quanto à proporção do público que sente que a integração dos imigrantes na sua área local tem tido sucesso, bem como à proporção que sente que o seu governo está a fazer o suficiente para promover ativamente a integração dos imigrantes (Eurobarometer, 2018; 2022). Nos últimos 5 anos, o público português ocupou consistentemente o primeiro ou o segundo lugar nos inquéritos da UE em que é perguntado às pessoas se sentem que a sua área local é um bom lugar para imigrantes de outros países viverem (Gallup, 2022).

Esses resultados positivos podem, em parte, refletir valores e normas sociais que desincentivam vivamente expressões abertas de preconceito e valorizam a abertura e as relações harmoniosas entre culturas diferentes (Vala et al., 2008; Valentim and Heleno, 2018). Conforme aprofundado na secção seguinte, esses valores estão ligados ao “lusu-tropicalismo”, a ideia de que a história da exploração ultramarina dos portugueses revela “uma aptidão especial... para relações harmoniosas com outros povos, adaptabilidade aos trópicos e uma falta de preconceito inerente”, uma ideia disseminada durante o regime do Estado Novo, em especial após a Segunda Guerra Mundial, mas que alguns defendem ainda ter força atualmente na sociedade portuguesa (Valentim and Heleno, 2018: 34). Porém, os estudos que se debruçaram sobre este tema têm geralmente verificado que os cidadãos que se identificam fortemente com as crenças “lusu-tropicalistas” têm muitas vezes *maior* preconceito em relação aos imigrantes e tendem a atribuir o sucesso da integração dos migrantes aos esforços dos próprios cidadãos, ao mesmo tempo que culpam os migrantes quando essa integração não tem sucesso (ibid.).

Ao analisar mais em geral os fatores que determinam como diferem as atitudes em relação à migração no seio da população portuguesa, foram identificados vários fatores. Nos dados do

inquérito ESS mencionados acima, as taxas de rejeição de migrantes de países pobres de fora da Europa são manifestamente mais altas entre as pessoas mais velhas, menos escolarizadas, com rendimento mais baixo e que sentem que estão a lutar para sobreviver, em linha com as tendências em muitos outros países (Messing and Sagvari, 2019). Pinto et al. (2020) mostram que os inquiridos com uma identidade europeia forte apresentavam atitudes mais positivas em relação aos imigrantes, embora a posse de uma identidade nacional forte não significasse necessariamente atitudes mais negativas, uma conclusão também ilustrada há duas décadas por Vala et al. (1999).

A investigação sobre o impacto da afiliação política nas atitudes para com os migrantes sugere um cenário menos polarizado do que em muitos países. Um estudo que recorreu a dados de 2013 encontrou poucos elementos comprovativos de que as atitudes em relação aos imigrantes sejam determinadas pela inclinação partidária, com os eleitores dos partidos de direita tradicional a terem por vezes atitudes mais positivas do que os eleitores de esquerda (Indelicato et al., 2023). Porém, dados de 2019 revelaram que as atitudes para com os imigrantes dependem da inclinação política entre os inquiridos com uma forte identidade nacional portuguesa: enquanto os entrevistados de esquerda dessa categoria apresentam uma atitude mais positiva motivada por preocupações humanitárias, os indivíduos de direita exibem atitudes mais negativas (Pinto et al., 2020). Contudo, mesmo entre os eleitores de extrema-direita, as perceções sobre os imigrantes parecem ser bastante menos negativas do que em muitos outros contextos (embora o número relativamente pequeno de eleitores de extrema-direita até ao momento torne difícil tirar conclusões significativas) (Magalhães, 2020). Num estudo exploratório que comparou uma amostra de eleitores do Chega com outros eleitores, em ambos os casos a maioria considerava os imigrantes benéficos para a economia, não estando preocupada com o seu impacto na cultura portuguesa ou nas taxas de criminalidade (ibid.).

4 Narrativas políticas excepcionalmente positivas

Enquanto as atitudes públicas têm sido desiguais, as narrativas políticas em torno da migração em Portugal têm sido excepcionalmente acolhedoras em relação ao panorama europeu mais geral (Wise, 2019). Embora muitos países tenham assistido a uma crescente retórica populista que retrata os migrantes como uma ameaça às identidades e aos valores europeus, os sucessivos governos portugueses têm mantido políticas positivas e diálogo sobre a imigração (Visintin et al., 2018).

Nas suas políticas, Portugal destaca-se entre os seus homólogos europeus por desenvolver uma resposta institucional de alto nível (através do ACM) que é aplicada por todo o governo para tratar a migração como uma oportunidade em vez de um problema e para promover a receção acolhedora de migrantes de todos os níveis de qualificações. Tal inclui a realização de campanhas para fomentar narrativas pró-imigrantes, que remontam à campanha “Portugal Imigrante. Portugal Tolerante” de 2005, que se seguiu à primeira grande onda de imigração por motivos laborais da Europa do Leste (OECD, 2019). A imigração é também defendida na estratégia global de desenvolvimento nacional (Estratégia Portugal 2030), que destaca a importância da imigração para o mercado de trabalho e para a segurança social numa sociedade em envelhecimento (MPF, 2022).

Figuras políticas importantes também se manifestaram para desmascarar estereótipos negativos sobre a imigração e promover um discurso positivo (Visintin et al., 2018). A ministra da Presidência Mariana Vieira da Silva, por exemplo, observou que “a principal questão que influencia as perceções públicas [acerca da imigração] é o discurso que todos nós, incluindo os responsáveis políticos, fazemos sobre esses fatores”. Mariana Vieira da Silva sublinhou a importância de os responsáveis e decisores políticos enfatizarem o contributo que os migrantes dão à economia, em especial para contrariar as narrativas provenientes da extrema-direita no país e em termos internacionais (Lusa, 2020). O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa tem repetidamente destacado o modo como o contributo dos migrantes para o sistema de proteção social excede o dos cidadãos portugueses (MPF, 2022), uma mensagem essencial dada a forte crença do público português na importância de os imigrantes contribuírem para o sistema de proteção social através do pagamento de impostos (na posição cimeira em conjunto com a Grécia, entre todos os países da UE inquiridos no último Eurobarómetro, 2022). Marcelo Rebelo de Sousa também tem sublinhado que a economia de Portugal precisa de imigrantes, inclusive para os trabalhos que os cidadãos não aceitam, mesmo quando desempregados (MPF, 2022). O primeiro-ministro António Costa também defendeu a imigração com base nos argumentos de que “a Europa precisa, sem dúvida, de mais recursos humanos” (Donn, 2023) e Portugal precisa de imigrantes “para combater o seu problema demográfico” de uma população em declínio e envelhecimento (DW, 2018).

Como mostram estes exemplos, as narrativas políticas inclusivas têm estado frequentemente associadas aos benefícios da imigração para atender às necessidades do mercado de trabalho e a outras necessidades de natureza social. Tal remonta ao afluxo de imigração do início dos anos 2000, que foi desencadeado pelas necessidades de mão de obra para projetos de construção do governo e que foi acompanhado por um acordo implícito entre os principais partidos políticos no sentido de não politizar a imigração, de modo a assegurar uma oferta de mão de obra suficiente para esses projetos e para o crescimento nacional em geral (Carvalho, 2018; Carvalho and Duarte, 2020). Da mesma forma, várias partes interessadas, incluindo empregadores e sindicatos, adotaram uma abordagem positiva à imigração (Carvalho, 2022).

Em paralelo com essa lógica prática, as narrativas políticas positivas sobre migração também se têm fundamentado em argumentos baseados em valores. Estes incluem um sentido de obrigação moral, como durante a pandemia, quando o ministro do Interior, Eduardo Cabrita, argumentou que: “Assegurar o acesso dos cidadãos migrantes à saúde, à segurança social e a estabilidade no emprego e na habitação é um dever de uma sociedade solidária em tempos de crise” (Gorjão Henriques, 2020: 1). Existe também orgulho na ideia de Portugal como uma sociedade aberta, tolerante e multicultural, bem como na sua própria qualidade de país de migrantes (Negrao, 2022; Portugal Resident, 2022).

Em muitos aspetos, essas narrativas positivas são estimulantes quando comparadas com a retórica política cada vez mais negativa em muitas outras partes da Europa. Porém, também há riscos de que uma autoimagem excessivamente positiva possa mascarar problemas genuínos ou preocupações emergentes. Em primeiro lugar, como adverte Araújo (2013), a celebração da abertura e do multiculturalismo por muitos políticos e académicos portugueses pode ser problemática, não só quando está enraizada na ideologia luso-tropicalista do antigo regime, mas também quando conduz a um sub-reconhecimento das desigualdades estruturais e do racismo ainda hoje presentes em Portugal. Além disso, a narrativa nacional dominante de Portugal como modelo de integração deixou alguns decisores políticos e cidadãos em áreas com elevada concentração de imigrantes (nomeadamente trabalhadores agrícolas sazonais) a sentir que os impactos locais problemáticos estão a ser ignorados (Cabral and Swerts, 2021). Há também alguns sinais de fratura potencial no acordo dos principais partidos de não politizar a imigração. Depois do incêndio fatal numa habitação de imigrantes em Lisboa, o partido da oposição (PSD) acusou o partido no governo (PS) de ter “duas caras” no seu compromisso de implementação de políticas de integração de migrantes, “dizendo uma coisa em Portugal e outra no estrangeiro” (West Observer, 2023). Também surgiram desafios em relação à necessidade de maior regulamentação e limites à imigração (ibid.).

Outra grande preocupação é o claro crescimento recente da prevalência e da popularidade de narrativas políticas hostis no extremo-direito do espectro político. Em 2019, o partido Chega obteve 1,3% dos votos, com um deputado eleito, marcando a primeira vez que um partido de extrema-direita conseguiu um assento no parlamento desde o fim da ditadura em 1974 e pondo fim à “imunidade aparente à extrema-direita” (Demony, 2022; Mendes, 2022). O líder do Chega,

André Ventura, ficou em terceiro lugar nas eleições presidenciais de janeiro de 2021, e o partido tornou-se o terceiro maior na Assembleia da República após as eleições de janeiro de 2022, com 12 lugares, embora com apenas 7,2% dos votos (MPF, 2022). O manifesto do Chega inclui propostas para reforçar os controlos nas fronteiras e apela à diminuição da “imigração ilegal e em massa” através de uma política de tolerância zero (partido Chega, n.d.), embora seja bastante aberto à migração das ex-colónias portuguesas. O próprio Ventura tem defendido que “só o Chega compreende os riscos de uma imigração islâmica descontrolada” (TPN/Lusa, 2022b).

Dito isto, embora o Chega tenha adotado uma clara retórica anti-imigração, essa não tem sido a principal narrativa a acompanhar a sua ascensão política. Em comparação com partidos de extrema-direita noutros países europeus (incluindo a Espanha), o Chega atribuiu maior destaque a uma mensagem antissistema em detrimento do nativismo, alimentando-se de um sentimento antielite generalizado e das preocupações com a corrupção (Mendes and Dennison, 2020). Esta é uma decisão estratégica, dada a inexistência geral de preocupação pública em relação à imigração (ibid.).

Nos casos em que o Chega adotou uma retórica xenófoba e racista, o alvo principal até à data tem sido a comunidade cigana, tirando partido do persistente preconceito anticigano entre a população¹¹ (Araújo, 2016; Heyne and Manucci, 2021). Tal levanta questões sobre quem é considerado um “estrangeiro”, uma vez que a comunidade cigana há muito é considerada um “outro” migrante, apesar de, na sua maioria, os ciganos serem cidadãos portugueses há séculos. A narrativa anticigano do Chega aproveitou preocupações públicas mais gerais acerca do funcionamento do sistema de proteção social, retratando os ciganos como pessoas que “vivem quase exclusivamente de benefícios do Estado”, além de representarem uma ameaça em matéria de crime e segurança (Bugalho, 2017; Heyne and Manucci, 2021).

Embora as narrativas estigmatizantes se tenham até agora concentrado sobretudo na população cigana, a ascensão da extrema direita tem o potencial para influenciar as atitudes gerais em relação aos imigrantes (Heyne e Manucci, 2021). Com frequência, a proeminente agenda sobre crime e segurança do Chega tem sido entretida com a xenofobia e o racismo, retratando as minorias em geral como “sentindo-se acima da lei” (Bugalho, 2017). Há elementos comprovativos de que o crescimento do Chega alimentou o racismo e a xenofobia de forma mais geral. Os relatos de discriminação com base na etnia e na nacionalidade aumentaram acentuadamente desde 2019, bem como os relatos de fortalecimento de movimentos neonazis marginais em Portugal (tal como noutras partes da Europa) (CICDR, 2018; 2021; 2022; Europol, 2019; 2020). Apesar de a sociedade civil e as associações de base portuguesas defenderem

11 Por exemplo, nos dados do Inquérito Social Europeu de 2014/15 sobre a disponibilidade para acolher diferentes tipos de migrantes, a abertura do público português aos migrantes ciganos era menor do que para qualquer dos outros grupos de migrantes (27%, em comparação com 35% para o segundo grupo com maior oposição: os muçulmanos) (Heath et al., 2016). As percentagens de votação no Chega têm sido mais altas em áreas com maior concentração de populações ciganas (mas não imigrantes) (Afonso, 2021; Mendes, 2022).

a proteção dos direitos das minorias (incluindo os migrantes), estas estão cada vez mais sob ameaça de grupos de extrema-direita. Em 2020, membros do grupo de extrema direita *Resistência Nacional* manifestaram-se à porta dos escritórios da conhecida organização da sociedade civil *SOS Racismo* envergando máscaras brancas e empunhando tochas. Foram também relatadas ameaças contra a segurança pessoal de membros da organização e contra políticos do partido de esquerda Bloco de Esquerda (The Portugal News, 2020).

5 Conclusão

Devido aos níveis relativamente baixos de imigração no passado e a um acordo de longa data entre os principais partidos no sentido de não politizar a imigração por motivos pragmáticos, a imigração não tem sido historicamente uma questão relevante para o público português. Embora nem sempre fiquem convencidos dos benefícios líquidos da imigração, os cidadãos manifestam apoio ao acolhimento de refugiados, abertura à convivência com imigrantes e satisfação pela sua integração na vida portuguesa.

Ao contrário de muitos países europeus, onde a retórica política acerca dos migrantes tem sido mais hostil do que o sentimento público, em Portugal, as narrativas e as políticas têm sido mais positivas do que a opinião pública, defendendo ativamente os benefícios sociais e económicos da imigração, regularizando a situação dos migrantes e promovendo a sua integração. Embora os migrantes continuem a enfrentar muitos desafios na prática, essas narrativas positivas são uma lufada de ar fresco bem-vinda no contexto de décadas de hostilidade crescente em grande parte da Europa.

Porém, a ascensão do partido de extrema-direita Chega desde 2019 sinaliza um desenvolvimento preocupante. Até à data, as preocupações com a imigração têm sido de importância relativamente limitada para os eleitores do Chega, e o discurso racista do partido tem-se voltado de forma mais proeminente para o preconceito contra a comunidade cigana, em particular por meio de narrativas de ameaças quanto à dependência da proteção social e à criminalidade. Contudo, é também evidente uma xenofobia mais geral nas narrativas e práticas da extrema-direita, o que provavelmente contribui para aumentos assinaláveis na discriminação racial e étnica.

Por conseguinte, a abordagem progressista de Portugal às políticas e narrativas migratórias já não é algo tão seguro. Embora os níveis de apoio à extrema-direita em Portugal ainda sejam baixos, o seu surgimento constitui indubitavelmente uma rutura com a tradição política recente de Portugal. Uma mudança significativa no cenário migratório do país ou nas táticas políticas da extrema-direita corre o risco de empurrar Portugal para o caminho de muitos dos seus vizinhos europeus, onde movimentos marginais conseguiram alterar a narrativa central da migração, alimentando políticas e atitudes públicas xenófobas.

Todavia, este pode ser também um momento de oportunidade para Portugal mostrar a profundidade dos seus valores e crenças. Agora, mais do que nunca, Portugal necessita de apoio unificado para uma abordagem pró-imigração, congregando os principais partidos, a comunicação social, o sector privado e a sociedade civil, se o país quiser concretizar a sua visão de uma sociedade aberta e inclusiva que maximize os benefícios da imigração e, em paralelo, contrariar a tendência anti-imigração mais geral que se regista na Europa.

Referências

- Afonso, A.** (2021) 'Correlates of aggregate support for the radical right in Portugal' *Research & Politics* (<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/20531680211029416>).
- Anacleto, M.H.A.** (2002) 'Os "Azorean refugee acts" de 1958 e 1960. *POLISSEMA – Revista de Letras Do ISCAP* 2: 39–45 (<https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/855>).
- Araújo, M.** (2013) 'Challenging narratives on diversity and immigration in Portugal: the (de) politicization of colonialism and racism'. *Migrant Marginality*. Routledge.
- Araújo, M.** (2016) 'A very "prudent integration": white flight, school segregation and the depoliticization of (anti-)racism' *Race Ethnicity and Education* 19(2): 300–323 (<https://doi.org/10.1080/13613324.2014.969225>).
- Baganha, M.I.** (1998) 'Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case' *Journal of Ethnic and Migration Studies* 24(2): 367–385 (<https://doi.org/10.1080/1369183X.1998.9976638>).
- Baganha, M.I. and Sousa, C.U.** (2006) 'Portugal' in R. Bauböck, E. Ersboll, K. Groeneddijk and H. Waldrauch (eds) *Acquisition and loss of nationality*. Amsterdam: Amsterdam University Press (www.jstor.org/stable/j.ctt46noof).
- Baganha, M.I., Marques, J.C. and Góis, P.** (2004) 'The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal' in M.I. Baganha and M.L. Fonseca (eds) *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*. Luso-American Foundation.
- Baganha, M.I., Góis, P. and Pereira, P.T.** (2005) 'International migration from and to Portugal: what do we know and where are we going?' in K.F. Zimmerman (ed.) *European migration: what do we know?* Oxford: Oxford University Press.
- Baganha, M.I., Marques, J.C. and Góis, P.** (2009) 'Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica' *Ler História* 56 (<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1979>).
- Bailey-Morley, A. and Lowe, C.** (2023) *Public narratives and attitudes towards refugees and other migrants: Greece country profile*. London: ODI (www.odi.org/en/publications/public-narratives-and-attitudes-towards-refugees-and-other-migrants-greece-country-profile).
- Bugalho, S.** (2017) André Ventura. 'Os ciganos vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado' online (https://ionline.sapo.pt/artigo/572563/andre-ventura-os-ciganos-vivem-quase-exclusivamente-de-subsidios-do-estado?seccao=Portugal_i).
- Cabral, I. and Swerts, T.** (2021) 'Governing precarious immigrant workers in rural localities: emerging local migration regimes in Portugal' *Politics and Governance* 9(4): 185–195 (www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4506).
- Carvalho, J.** (2018) 'Bringing the state back in': a political economy analysis of Portuguese immigration policy' *Mediterranean Politics* 23(4): 501–521 (<https://doi.org/10.1080/13629395.2017.1352569>).
- Carvalho, J. and Duarte, M.C.** (2020) 'The politicization of immigration in Portugal between 1995 and 2014: a European exception?' *JCMS: Journal of Common Market Studies* 58(6): 1,469–1,487.
- Carvalho, J.** (2022) 'Understanding the emergence of extreme right parties in Portugal in the late 2010s' *Parliamentary Affairs* (<https://doi.org/10.1093/pa/gsac001>).

- Casquilho-Martins, I., Belchior-Rocha, H. and Ramalho Alves, D.** (2022) 'Racial and ethnic discrimination in Portugal in times of pandemic crisis' *Social Sciences* 11(5): 184 (www.mdpi.com/2076-0760/11/5/184).
- CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial** (2018) 'Relatório Anual sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica – 2018' (www.cicdr.pt/-/relatorio-anual-sobre-a-situacao-da-igualdade-e-nao-discriminacao-racial-e-etnica).
- CICDR** (2020) 'Relatório Anual sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica – 2020' (www.cicdr.pt/-/relatorio-anual-sobre-a-situacao-da-igualdade-e-nao-discriminacao-racial-e-etnica).
- CICDR** (2021) 'Relatório Anual sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica – 2021' (www.cicdr.pt/-/relatorio-anual-sobre-a-situacao-da-igualdade-e-nao-discriminacao-racial-e-etnica).
- Coelho, J.** (2019) 'Marcelo em Itália. Consenso sobre migrações em Portugal passou de “total” a “praticamente total”'. *Jornal Expresso* (<https://expresso.pt/politica/2019-11-13-Marcelo-em-Italia.-Consenso-sobre-migracoes-em-Portugal-passou-de-total-a-praticamente-total>).
- CPR and ECRE – Conselho Português para os Refugiados and European Council on Refugees and Exiles** (2022) 'Country report: Portugal'. Asylum Information Database (https://asylumineurope.org/wp-content/uploads/2022/05/AIDA-PT_2021update.pdf).
- D7Visa** (2022) 'Portugal announces new visa category for job seekers and digital nomads in 2022' (www.d7visa.com/2022/06/17/portugal-announces-new-visa-category-for-job-seekers-and-digital-nomads-in-2022).
- Demony, C.** (2022) 'Portugal's abrasive far-right leader tipped for surprise poll gain'. *Reuters* (www.reuters.com/world/europe/portugals-abrasive-far-right-leader-tipped-surprise-poll-gain-2022-01-28).
- Diario de Pernambuco** (2018) Portugal vai legalizar 30 mil imigrantes que trabalham no país (www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2018/07/portugal-vai-legalizar-30-mil-imigrantes-que-trabalham-no-pais.html).
- Donn, N.** (2023) 'SEF prepares new model to regularise situation of thousands of immigrants before handing over to APMA'. *Portugal Resident*, 17 February (www.portugalresident.com/sef-prepares-new-model-to-regularise-situation-of-thousands-of-immigrants-before-handing-over-to-apma).
- DW** (2018) 'Portugal quer legalizar 30 mil imigrantes'. *Deutsche Welle*, 3 July (www.dw.com/pt-br/portugal-quer-legalizar-30-mil-imigrantes/a-44509726).
- Eurobarometer** (2018) 'Special Eurobarometer 469: integration of immigrants in the European Union'. Brussels: European Commission (<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2169>).
- Eurobarometer** (2019) 'Special Eurobarometer 493: discrimination in the EU (including LGBTI)' (https://data.europa.eu/data/datasets/s2251_91_4_493_eng?locale=en).
- Eurobarometer** (2022) 'Special Eurobarometer 519. Integration of immigrants in the European Union'. Brussels: European Commission (https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/special-eurobarometer-integration-immigrants-european-union_en).
- Eurobarometer** (n.d.) 'Standard Eurobarometer' (<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/browse/all/series/4961>).

- Eurodicas** (2022) Cidadania Portuguesa: Guia completo e atualizado para 2022 17 June (www.eurodicas.com.br/cidadania-portuguesa).
- European Commission** (2015) ‘Portugal: Brazilians to stop population shrinkage and contribute to labour market’ 7 December (https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portugal-brazilians-stop-population-shrinkage-and-contribute-labour-market_en).
- European Commission** (2021) ‘Portugal: the commitment to hosting refugees and migrants continues’ 13 March (https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portugal-commitment-hosting-refugees-and-migrants-continues_en).
- European Commission** (2023) ‘Governance of migrant integration in Portugal’ (https://ec.europa.eu/migrant-integration/country-governance/governance-migrant-integration-portugal_en).
- Eurostat** (2023) ‘Asylum applicants by type of applicant, citizenship, age and sex – annual aggregated data’ (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/MIGR_ASYAPPCTZA/default/table?lang=en&category=migr.migr_asy.migr_asyapp).
- European Social Survey** (n.d.) ‘Data and documentation’ (www.europeansocialsurvey.org/data).
- European Website on Integration** (n.d.) ‘Portugal: new agency for migration and asylum’ (https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portugal-new-agency-migration-and-asylum_en).
- Europol** (2019) ‘European Union Terrorism Situation and Trend Report (TE-SAT) 2019’. European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/tesat_2019_final.pdf).
- Europol** (2020) ‘European Union Terrorism Situation and Trend Report (TE-SAT) 2020’. European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (www.europol.europa.eu/cms/sites/default/files/documents/european_union_terrorism_situation_and_trend_report_tesat_2020_o.pdf).
- Eurostat** (2021a) ‘Non-national population by group of citizenship’ (https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migration_and_migrant_population_statistics#Migrant_population:_23.7_million_non-EU_citizens_living_in_the_EU_on_1_January_2021).
- Eurostat** (2021b) ‘Main countries of citizenship of the foreign/ foreign-born population, 1 January 2021’ (https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migration_and_migrant_population_statistics#Migrant_population:_23.7_million_non-EU_citizens_living_in_the_EU_on_1_January_2021).
- Finotelli, C. and Arango, J.** (2011) ‘Regularisation of unauthorised immigrants in Italy and Spain: determinants and effects’ *Documents d’Anàlisi Geogràfica* 57(3): Article 3.
- França, A.** (2021) ‘Portugal aceita a entrada de “todos os marroquinos que chegam de barco”, como diz André Ventura? Os dados oficiais mostram outra realidade’. *Jornal Expresso*, 15 January (<https://expresso.pt/politica/2021-01-15-Portugal-aceita-a-entrada-de-todos-os-marroquinos-que-chegam-de-barco-como-diz-Andre-Ventura--Os-dados-oficiais-mostrar-outra-realidade>).
- Gabinete de Estrategia e Estudos – Republica Portuguesa** (2022) ‘População Estrangeira Residente em Portugal – Brasil’ (www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-imigrantes-em-portugal-por-nacionalidade/paises/Brasil/4017-populacao-estrangeira-com-estatuto-legal-de-residente-em-portugal-brasil/file).

- Gallup** (2022) 'World Poll data – Immigrants and Migrant Acceptance Index' (www.gallup.com/analytics/318875/global-research.aspx).
- Get Golden Visa** (2022) 'Portugal Golden Visa statistics: October 2022' (<https://getgoldenvisa.com/portugal-golden-visa-statistics>).
- Global Citizen Solutions** (2022) 'Portugal Golden Visa statistics – September 2022 update' (www.globalcitizensolutions.com/portugal-golden-visa-statistics).
- GMF – The German Marshall Fund of the United States** (2013) *Transatlantic trends: key findings 2013* (<https://barrowcadbury.org.uk/wp-content/uploads/2013/09/TT-Key-Findings-Report.pdf>).
- GMF** (2015) *Transatlantic trends: mobility, migration and integration* (www.gfmd.org/files/documents/gfmd_turkey2014-2015_tm2_contribution_german_marshall_fund.pdf).
- Góis, P.** (2023) 'Reconstruir todo o sistema de imigração em Portugal: reforçar políticas, alterar práticas'. PÚBLICO, 23 February (www.publico.pt/2023/02/23/opiniao/opiniao/reconstruir-sistema-imigracao-portugal-reforcar-politicas-alterar-praticas-2040067).
- Góis, P. and Marques, J.C.** (2009) 'Portugal as a semi-peripheral country in the global migration system' *International Migration* 47(3): 21–50 (<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2435.2009.00523.x>).
- Government of Portugal** (2022) 'Parliament approves amendments to the law on foreign nationals' (www.portugal.gov.pt/en/gc23/communication/news-item?i=parliament-approves-amendments-to-the-law-on-foreign-nationals).
- Gorjão Henriques, J.** (2020) 'Governo regulariza todos os imigrantes que tenham pedidos pendentes no SEF'. PÚBLICO, 28 March (www.publico.pt/2020/03/28/sociedade/noticia/governo-regulariza-imigrantes-pedidos-pendentes-sef-1909791).
- Hatton, T.** (2016) 'Refugees and asylum seekers, the crisis in Europe and the future of policy' Economic Policy: 64th Panel Meeting (www.economic-policy.org/wp-content/uploads/2016/10/992_Refugees-and-Asylum-Seekers.pdf).
- Heath, A., Richards, L. and Ford, R.** (2016) 'How do Europeans differ in their attitudes to immigration?' Paper presented at the 3rd International ESS Conference. 13–15 July. Lausanne, Switzerland (www.europeansocialsurvey.org/docs/about/conference/HEATH_FORD_how-do-Europeans-differ.pdf).
- Heyne, L. and Manucci, L.** (2021) 'A new Iberian exceptionalism? Comparing the populist radical right electorate in Portugal and Spain' *Political Research Exchange* 3:1 (www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/2474736X.2021.1989985?needAccess=true).
- Indelicato, A. et al.** (2023) 'A comparison of attitudes towards immigrants from the perspective of the political party vote' *Heliyon* 9 ([www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440\(23\)01296-3.pdf](http://www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440(23)01296-3.pdf)).
- INE – Instituto Nacional de Estatística** (2022) 'Statistics Portugal – population' (www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2).
- Kalter, C.** (2020) 'The strange case of Portugal's returnees' (<https://africasacountry.com/2020/12/the-strange-case-of-portugals-returnees>).
- Kraler, A.** (2009) *Regularisation: a misguided option or part and parcel of a comprehensive policy response to irregular migration?* IMISCOE Working Paper 24 (www.icmpd.org/file/download/48250/file/Regularisation_%2520A%2520misguided%2520option%2520or%2520part%2520and%2520parcel%2520of%2520a%2520comprehensive%2520policy%2520response%2520to%2520irregular%2520migration_%2520EN).

- Laskar, R.H.** (2017) 'Europe has to keep close watch on xenophobic parties, says Portugal's Indian-origin PM'. World News, 6 January (www.hindustantimes.com/world-news/europe-has-to-keep-close-watch-on-xenophobic-parties-says-portugal-s-indian-origin-pm/story-luPY7Z2l6WNxvtiZwBwuGP.html).
- Leite Viegas, J.M., Carreiras, H., Malamud, A. and Stoleroff, A.** (2009) 'Portugal in the european context. Vol. I. Institutions and politics'. CIES, ISCTE-IUL: Celta.
- Lusa** (2020) 'Aumento de imigrantes é importante para afastar mitos sobre movimentos migratórios'. CM Jornal 16 January (www.cmjornal.pt/politica/detalhe/aumento-de-imigrantes-e-importante-para-afastar-mitos-sobre-movimentos-migratorios).
- Magalhães, P.** (2020) 'O que pensam os que votaram no Chega?' 22 February (www.pedro-magalhaes.org/blog).
- Malheiros, J.** (2002) 'Portugal seeks balance of emigration, immigration' Migration Policy Institute (www.migrationpolicy.org/article/portugal-seeks-balance-emigration-immigration).
- Marques, J.C. and Góis, P.** (2017) 'Structural emigration: the revival of Portuguese outflows' in J.-M. Lafleur and M. Stanek (eds) *South-North migration of EU citizens in times of crisis*. IMISCOE Research Series (<https://files.core.ac.uk/pdf/2612/81533976.pdf>).
- Mazzilli, C.** (2022) "There were many problems even before Covid": recurrent narratives of crisis in policies for migrants' regularisation' *Journal of Ethnic and Migration Studies* 1–20 (<https://doi.org/10.1080/1369183X.2022.2099364>).
- Mendes, M.S.** (2022) 'The rise of Chega and the end of Portuguese exceptionalism' EUROPP (<https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2021/01/21/the-rise-of-chega-and-the-end-of-portuguese-exceptionalism>).
- Mendes, M.S. and Dennison, J.** (2020) 'Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: salience, stigma and supply' *West European Politics* 44(4): 752–775 (www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/01402382.2020.1777504?needAccess=true&role=button).
- Messing, V. and Sagvari, B.** (2019) *Still divided but more open: mapping European attitudes towards migration before and after the migration crisis*. Budapest: Friedrich Ebert Stiftung (<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/15322-20190505.pdf>).
- Ministry of Foreign Affairs** (n.d.) 'Job Seeker Visa' (<https://vistos.mne.gov.pt/en/national-visas/necessary-documentation/job-seeker-visa>).
- MIPEX** (2022) 'Migrant Integration Policy Index 2020' (www.mipex.eu/key-findings).
- Miranda, G.** (2021) *Mesmo autorizados, brasileiros irregulares em Portugal relatam dificuldades para se vacinarem*. Folha de Sao Paulo (www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/brasileiros-irregulares-em-portugal-relatam-dificuldades-na-vacinacao-contra-covid-19.shtml).
- MPF – Migration Partnership Facility** (2022) 'Re-thinking approaches to labour migration: potentials and gaps in four EU Member States' migration infrastructures. Case study Portugal'. Brussels: ICMPD (www.migrationpartnershipfacility.eu/knowledge/resources/11-reports/85-rethinking-approaches-to-labour-migration-full-case-study-portugal).
- Negrao, F.** (2022) 'Tolerance and peace through the Portuguese Parliament Action' in B. El Zein and A. Al Jarwan (eds) *Paths to a culture of tolerance and peace*. River Publishers Series (www.riverpublishers.com/pdf/ebook/chapter/RP_9788770222075C6.pdf).

- Newitt, M.** (2015) 'The Portuguese in Brazil' in *Emigration and the Sea: An Alternative History of Portugal and the Portuguese*. Oxford University Press (<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190263935.003.0006>).
- Observador** (2019) Mais de 16 mil imigrantes regularizados em Portugal em 2018 (<https://observador.pt/2019/04/14/mais-de-16-mil-imigrantes-regularizados-em-portugal-em-2018>).
- Observador** (2020) Chega manifestou-se em Lisboa para dizer que 'Portugal não é racista' (<https://observador.pt/2020/08/02/chega-manifestou-se-em-lisboa-para-dizer-que-portugal-nao-e-racista>).
- ODI** (n.d.) 'Hearts and minds: how Europeans think and feel about immigration' (<https://heartsandminds.odi.digital>).
- OECD – Organisation for Economic Cooperation and Development** (2019) 'Finding their way: the integration of refugees in Portugal' (www.oecd.org/els/mig/finding-their-way-the-integration-of-refugees-in-portugal.pdf).
- OECD** (2023) 'Migration – foreign-born population' (<https://data.oecd.org/migration/foreign-born-population.htm>).
- OHCHR – United Nations Office for the High Commissioner of Human Rights** (2021) 'Portugal at crossroads of anti-racism, say UN experts' (www.ohchr.org/en/press-releases/2021/12/portugal-crossroads-anti-racism-say-un-experts).
- Oliveira, C.R.** (2022) 'Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2022, Coleção Imigração em Números'. *Observatório das Migrações* (www.om.acm.gov.pt/-/infografia-om-estrangeiros-em-portugal-quantos-sao-e-como-vivem-).
- Padilla, B. and França, T.** (2016) 'Migration policies and institutional frameworks. Development and evolution in Portugal' *Comparative Cultural Studies: European and Latin America Perspectives* 1: 37–52 (<https://core.ac.uk/download/pdf/228604985.pdf>).
- Partido Chega** (n.d.) 'Manifesto' (<https://partidochega.pt/index.php/manifesto>).
- Pena Pires, R. and Pinho, F.** (2009) 'Immigration policies in Portugal' in A. Stoleroff, et al. (eds) *Institutions and Politics: Vol. I*. Celta Editora Lda. (<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4534/1/TrilogiaCIESo1Ingles.pdf#page=141>).
- Peixoto, J.** (2002) 'Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal' *Journal of Ethnic and Migration Studies* 28(3): 483–497 (<https://doi.org/10.1080/13691830220146563>).
- Peixoto, J., Arango, J., Bonifazi, C. et al.** (2012) 'Immigrants, markets and policies in Southern Europe. The making of an immigration model?' in M. Okólski (ed.) *European immigrations. Trends, structures and policy implications*. Amsterdam University Press.
- Peralta, E.** (2019) 'The return from Africa: illegitimacy, concealment, and the non-memory of Portugal's imperial collapse' *Memory Studies* 15(1) (<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750698019849704>).
- Pereira, C. and Azevedo, J.** (2019) 'The fourth wave of Portuguese emigration: austerity policies, European peripheries and postcolonial continuities' in Pereira and Azevedo (eds) *New and old routes of Portuguese emigration: uncertain futures at the periphery of Europe*. IMISCOE Research Series (https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15134-8_1).

- Pinto, I., Carvalho, C., Dias, C. et al.** (2020) 'A path toward inclusive social cohesion: the role of European and national identity on contesting vs. accepting European migration policies in Portugal' *Frontiers in Psychology* 11: 1–13 (www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.01875/full).
- Portugal Resident** (2022) 'President defends diversity, openness to migration, tolerance in California' 29 September (www.portugalresident.com/president-defends-diversity-openness-to-migration-tolerance-in-california).
- Ramiro, J.** (2020) 'Faced with coronavirus, Portugal is treating migrants as citizens – we should, too'. *Jacobin* (<https://jacobin.com/2020/04/coronavirus-portugal-regularize-migrants-citizenship-covid-health>).
- Ramos, A. and Magalhães, P.C.** (2021) *The values of the Portuguese: results of the European Values Study*. Gulbenkian Studies Future Forum (<https://gulbenkian.pt/en/publications/the-values-of-the-portuguese>).
- Rubin, J., Taylor, J., Pollitt, A. et al.** (2014) *Intolerance in Western Europe: analysis of trends and associated factors*. Brussels: Rand Europe (www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR334/RAND_RR334.pdf).
- SchengenVisaInfo.com.** (n.d.) Portugal Golden Visa Residence Program. SchengenVisaInfo.Com (www.schengenvisa.info/eu-golden-visas/portugal-golden-visa).
- Schwartz, S.B. and Lockhart, J.** (2002) *América Latina na época colonial*. Editora Record.
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** (n.d.) *Boletins de Alojamento – SIBA – Sistema de Informação de Boletins de Alojamento* (<https://siba.sef.pt/boletins-de-alojamento>).
- SEF** (2010) *Temporary and circular migration in Portugal: facts, policies and strategies*. European Migration Network (https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/2020-09/21a_portugal_national_report_circular_migration_final_version_6_jan_2011_en.pdf).
- SEF** (2021) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020* (<https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf>).
- Silva, L.** (2022) 'PM Costa says Portugal likely to end Golden Visa'. *Portugal.com*, 4 November (www.portugal.com/news/pm-costa-says-portugal-likely-to-end-golden-visa).
- Sousa, L. and Costa, P.M.** (2018) 'The development of the asylum law and refugee protection regimes in Portugal, 1975–2017' *Refuge* 34(2): 28–37 (www.erudit.org/en/journals/refuge/2018-v34-n2-refuge04237/1055574ar.pdf).
- Stephan, W. G., Ybarra, O. and Morrison, K.R.** (2009) *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. Psychology Press.
- The Portugal News** (2020) 'Anti racism association vandalised in Portugal' 14 August (www.theportugalnews.com/news/anti-racism-association-vandalised-in-portugal/55334).
- TPN/Lusa** (2022a) 'Historically low birth rate' 23 January (www.theportugalnews.com/news/2022-01-23/historically-low-birth-rate/64711).
- TPN/Lusa** (2022b) 'Twitter definitively suspends André Ventura's account' 24 February (www.theportugalnews.com/news/2022-02-24/twitter-definitively-suspends-andre-venturas-account/65461).
- TPN/Lusa** (2023) 'Portugal to grant protection status to immigrants' 20 February (<https://www.theportugalnews.com/news/2023-02-20/portugal-to-grant-protection-status-to-immigrants/74958#comments>).

- UN Network on Migration** (2020) 'Regional review of the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration Member States of the United Nations Economic Commission for Europe: executive summary' (<https://migrationnetwork.un.org/system/files/docs/UNECE%20-%20GCM%20Regional%20Review%20Summary.pdf>).
- UNHCR – UN High Commissioner for Refugees** (2023) 'Ukraine refugee situation' (<https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>).
- UNHCR** (n.d.) Refugees and beneficiaries of subsidiary protection (<https://help.unhcr.org/portugal/rights/rights-refugees>).
- Vala, J., Brito, R. and Lopes, D.** (1999) *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J., Lopes, D. and Lima, M.** (2008) 'Black immigrants in Portugal: luso-tropicalism and prejudice' *Journal of Social Issues* 64(2): 287–302 (<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x>).
- Valentim, J.P. and Heleno, A.M.** (2018) 'Luso-tropicalism as a social representation in Portuguese society: variations and anchoring' *International Journal of Intercultural Relations* 62: 34–42 (<https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.04.013>).
- Visintin, E.P., Green, E.G.T. and Sarrasin, O.** (2018) 'Inclusive normative climates strengthen the relationship between identification with Europe and tolerant immigration attitudes: evidence from 22 countries' *Journal of Cross-Cultural Psychology* 49(6): 908–923 (<https://doi.org/10.1177/0022022117731092>).
- Vogt Isaksen, J.** (2019) 'The impact of the financial crisis on European attitudes toward immigration' *Comparative Migration Studies* (<https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/articles/10.1186/s40878-019-0127-5>).
- Waldersee, V.** (2019) 'Portugal amends returnee program in bid to attract more citizens home'. Reuters, 15 October (www.reuters.com/article/us-portugal-emigration-programme-idUSKBN1WU2KS).
- West Observer** (2023) 'Montenegro accuses Costa of being “two-faced” in terms of immigration policy' 21 February (<https://westobserver.com/news/europe/montenegro-accuses-costa-of-being-%E2%80%B3two-faced%E2%80%B3-in-terms-of-immigration-policy>).
- Wise, P.** (2019) 'Portugal lures foreigners with tax breaks and anti-populist stance'. Financial Times, 8 August (www.ft.com/content/77b156ao-ad38-11e9-8030-530adfa879c2).
- Wise, P.** (2022) 'Emigration and low growth fuel Portugal's demographic crisis'. Financial Times, 19 January (www.ft.com/content/f62c0921-a479-4030-baf7-12013f4f1df2).
- World Bank** (2022) 'Refugee population by country or territory of asylum – Portugal'. World Bank (<https://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.REFG?locations=PT>).